



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

PROCESSO

CONCURSO PUBLICO URGENTE

N.º 1/TRL/SIC/2012

PROGRAMA DO CONCURSO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA AS
INSTALAÇÕES DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE
LISBOA, DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO
DE 2012.**



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

ÍNDICE

SECÇÃO I — Disposições Gerais

Artigo 1.º - Objecto do concurso	3
Artigo 2.º - Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º - Decisão de contratar	4
Artigo 4.º - Impedimentos	4
Artigo 5.º - Agrupamentos	6
Artigo 6.º - Critério de adjudicação	6

SECÇÃO II — Peças do Procedimento

Artigo 7.º - Acesso às peças do procedimento	7
--	---

SECÇÃO III – Propostas

Artigo 8.º - Proposta	8
Artigo 9.º - Propostas variantes	9
Artigo 10.º - Modo de apresentação das propostas	9
Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das proposta	11
Artigo 12.º - Prazo para a apresentação das propostas	11
Artigo 13.º - Exclusão das propostas	11

SECÇÃO IV – Adjudicação

Artigo 14.º - Dever de adjudicação	13
Artigo 15.º - Notificação da decisão de adjudicação	13
Artigo 16.º - Causas de não adjudicação	14
Artigo 17.º - Adjudicação por lotes	14

SECÇÃO V — Habilitação

Artigo 18.º - Documentos de habilitação	15
---	----

SECÇÃO VI — Obrigações legais e contratuais

Artigo 19.º - Para cumprimento das obrigações legais e contratuais	16
--	----

SECÇÃO VII – Contrato

Artigo 20.º - Redução do contrato a escrito	16
Artigo 21.º - Aprovação da minuta do contrato	16
Artigo 22.º - Ajustamentos ao conteúdo do contrato	17
Artigo 23.º - Notificação da minuta do contrato	17
Artigo 24.º - Aceitação da minuta do contrato	17
Artigo 25.º - Reclamações da minuta do contrato	18
Artigo 26.º - Outorga do contrato	18

SECÇÃO VIII — Disposições finais

Artigo 27.º - Revogação da decisão de contratar	19
Artigo 28.º - Legislação aplicável	19

ANEXO I — MODELO DE DECLARAÇÃO (Aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos)

20

ANEXO II — MODELO DE DECLARAÇÃO

22



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA
PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012 PROGRAMA DO CONCURSO SECÇÃO I Disposições Gerais

Artigo 1.º Objecto do Concurso

1. O presente concurso tem por objecto a **aquisição de serviços de limpeza para as instalações afectas ao Tribunal da Relação de Lisboa, de 01 Janeiro a 31 de Dezembro de 2012**, e englobará os seguintes edifícios:
 - a. - Sede do Tribunal da Relação de Lisboa, sita na Rua do Arsenal, Letra G, 1100-038 Lisboa
 - b. - Gabinetes dos Exmos. Srs. Desembargadores, sito no Largo do Corpo Santo nº 13, 1200-129 Lisboa
 - c. - Gabinetes dos Exmos. Srs. Desembargadores, sitos no 1º andar do nº 11 da Rua Nova do Almada, 1200-288 Lisboa
2. Os serviços a adquirir deverão obedecer às especificações e condições técnicas constantes na *"Parte II - Especificações Técnicas"* do Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado, através do Tribunal da Relação de Lisboa, com o NIPC. 600006883, com sede na Rua do Arsenal, Letra G, 1100-038 Lisboa, **Telefone:** 351 21 3222900 **Fax:** 351 21 3479844 **@email:** 1administrativa.trl@tribunals.org.pt **Endereço electrónico:** <http://www.vorta.gov.pt>



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

Artigo 3.º

Decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por despacho de 07 de Dezembro de 2011, do Exmo. Juiz Desembargador Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, exarado ao abrigo de competência própria, na Proposta N.º 10/TRL/SIC/11, de 05 de Dezembro de 2011, nos termos do art.º 36 do Código dos Contratos Públicos.
2. A escolha do concurso público urgente fundamenta-se na necessidade de serem adquiridos serviços de limpeza com urgência para as instalações do Tribunal da Relação de Lisboa, em virtude da cessação em 31 de Dezembro de 2011 por recomendação do Tribunal de Contas, do contrato pelo qual tais serviços são assegurados.

Artigo 4.º

Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
 - a. Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respectivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
 - b. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
 - c. Tenham sido objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido objecto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;

- d. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e. Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f. Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g. Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código de Trabalho;
- h. Tenham sido objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- i. Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

J• Tenham, a qualquer título, prestado, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

Artigo 5.º

Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, de modo a constituírem uma única entidade jurídica, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 6.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efectuada segundo o seguinte critério – O do mais baixo preço.
2. No caso de o mais baixo preço constar de mais de uma proposta, será adjudicada aquela que tiver sido apresentada mais cedo.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO II

Peças do Procedimento

Artigo 7.º

Acesso às peças do procedimento

1. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma electrónica de contratação pública vortalGOV acessível através do site electrónico <http://www.vortaklov.pt>, disponibilizado pela empresa VORTAL – Comércio Electrónico, Consultora e Multimédia, S.A., desde o dia da publicação do anúncio no Diário da Republica.
2. O acesso à referida plataforma electrónica é gratuito e permite efectuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta. Para ter acesso à plataforma VORTAL, deverá efectuar o registo no endereço electrónico <http://www.vorta.gov.pt>, seleccionar "Fornecedor do Estado – Acesso universal" e posteriormente carregar no "Aderir Já".
3. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a VORTAL. Verifique mais informações detalhadas sobre os "Fornecedor do Estado – Acesso universal" em <http://www.vorta.gov.pt>, ou contacte o Serviço de Gestão de Clientes da empresa VORTAL, S.A., com o número de telefone 707 20 27 12.
4. Não é necessário o interessado efectuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma electrónica da VORTAL como por exemplo <http://www.econstroi.com>.
5. Sem prejuízo do disposto em 1. o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante no endereço mencionada no art.º 2º, para consulta aos interessados durante as horas de expediente (~~das~~ 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00) e no sitio da internet www.trl.mj.pt, desde o dia da publicação do anúncio nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 157, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 8.º

Proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa do concurso;
 - b. Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, relativos aos seguintes aspectos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo caderno de encargos – o preço;
 - c. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, que são os seguintes:
 - i. As quantidades, características, especificações e requisitos técnicos dos serviços a fornecer, de acordo com o previsto na *"Parte II – Especificações Técnicas"* do Caderno de Encargos;
 - ii. Local e prazo de prestação dos serviços, de acordo com a *"Parte II – Especificações Técnicas"* do Caderno de Encargos;
 - iii. Condições de pagamento, que será no mínimo de 30 (trinta) dias, após recepção e conferência da factura.
 - d. Documentos que especifiquem o previsto no ponto 2.2. da *"Parte II – Especificações Técnicas"* do Caderno de Encargos;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- e. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando o preço da proposta seja 50%, ou mais, inferior ao preço base fixado no Caderno de Encargos;
 - f. Documento que contenha o prazo de validade da proposta, de acordo com o previsto no art.º 11.
3. Não são admitidas propostas relativas a lotes.
4. Na proposta os concorrentes devem indicar o preço unitário e total dos serviços, que não deve incluir o IVA, indicado em algarismos.

Artigo 9.º

Propostas variantes

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do art.º 59 do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados directamente na plataforma electrónica acessível no site <http://www.vortalgov.pt>, disponibilizada pela empresa VORTAL — Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.
2. A proposta deverá incluir nas áreas "**1 — Visualizar pedido**", "**2 — Formulário de Respostas**" e "**3 — Criar proposta**", as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o concorrente entenda convenientes:
 - a. Área: 1 - Visualizar pedido:
 - Ref.^a da Proposta;
 - ~~Campo a preencher pelo concorrente, indicando a referência do concorrente dada à proposta;~~
 - Prazo de execução (dias);
 - Indicar de acordo com o definido no Caderno de encargos;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- Prazo de validade da proposta (dias);

- Indicar de acordo com o definido no art.º 11.

b. Área: 2 – Formulário de respostas:

- Responder às questões indicadas, conforme o solicitado;
- As questões indicadas com (*) são de resposta obrigatória;
- De acordo com o n.º 1 do artigo 13 do D.L. n.º 143-A/2008 e da al. b) do n.º 1 do artigo 16 da Portaria 701-G/2008, de 29 de Julho, é disponibilizado para preenchimento o formulário com os dados relativos à proposta.

c. Área: 3 - Criar proposta

- Tab. Int.
 - o Coluna a ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas "Designação" e "Unidade";
 - o Preencher para cada uma das posições colocada com o preço unitário, expresso em euros, sem IVA;
 - o Os preços que não deverão ter mais de seis casas decimais, indicado pelos concorrentes incluem obrigatoriamente todas as despesas com a logística da entrega dos respectivos bens nos locais mencionados pelo destinatário
- Documentos da Proposta: Outros Documentos:
 - o Associar a "Outros Documentos" os documentos exigidos no n.º 2 do art.º 8º do presente Programa do Concurso;
 - o Os concorrentes deverão assinar electronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura electrónica qualificada nos termos do art.º 27 da Portaria 701-G/2008, de 29 de Julho.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 10 (dez) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 12.º

Prazo para a apresentação das propostas

A proposta deve ser apresentada até dia 25 de Dezembro de 2011, na plataforma electrónica de contratação pública com o seguinte endereço electrónico: <http://www.vorta.gov.pt>.

Artigo 13.º

Exclusão das propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a. Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto da alínea b) do ponto 2 do art.º 8;
- b. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, previstos na alínea c) do ponto 2 do art.º 8, sem prejuízo do disposto nos n.º 4 a 6 e 8 a 11 do art.º 49 do Código dos Contratos Públicos;
- c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;
- d. Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e. Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71 do Código dos Contratos Públicos;
- f. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g. A existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- h. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- i. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no art.º 4;
- j. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 8;
- k. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do art.º 57 do CCP;
- l. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- m. Que sejam apresentadas como variantes;
- n. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixa às nos termos do disposto no art.º 10;
- o. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p. Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 5.º;
- q. Que não observem o disposto no n.º 3 do art.º 8;
- r. Que violem o disposto no n.º 7 do art.º 59 do Código dos Contratos Públicos;
- s. Que não observem o disposto no n.º 4 do art.º 8.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO IV

Adjudicação

Artigo 14.º

Dever de adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 16.º, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Quando a decisão de adjudicação seja tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar o concorrente que recuse a adjudicação pelos encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da respectiva proposta.

Artigo 15.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 18.º;
 - b. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 16.º

Causas de não adjudicação

1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respectivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respectivas propostas.

Artigo 17.º

Adjudicação por lotes

Não é permitida a adjudicação por lotes.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO V

Habilitação

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução no prazo de 2 dias dos seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente Programa do Concurso;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 4.º,
2. Para além dos documentos referidos no n.º 1, deve também apresentar o respectivo certificado de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar¹.
3. Os sobreditos documentos de habilitação devem ser apresentados, nos termos do art.º 83.º do CCP através da plataforma electrónica com o seguinte endereço: www.vorta.gov.pt ou, no caso desta se encontrar indisponível, enviados para o e-mail: 1administrativa.trl@tribunais.org.pt, ou para o fax: 21 347 98 44.
4. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
5. No caso de serem detectadas irregularidades nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86 do CCP, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a supressão das mesmas.

1- Ou em substituição o certificado de inscrição, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 5 do art.º 81. (Instituto dos Registos e do Notariado – Registo Nacional de Pessoas Colectivas, Praça Silvestre Pinheiro Ferreira, 1 C. Apartado 4064, 1501-803 Lisboa - Linhas Azuis 217 783 973; 217 783 771; 217 741 063; email: mpc@dgrn.mj.pt)



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO VI

Obrigações legais e contratuais

Artigo 19.º

Para cumprimento das obrigações legais e contratuais

Nos termos do n.º 2 do art.º 156 do Código dos Contratos Públicos, não é exigível a prestação de caução.

SECÇÃO VII

Contrato

Artigo 20.º

Redução do contrato a escrito

1. Salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa, previstos no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas electrónicas.
2. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada nos termos do disposto no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Artigo 21.º

Aprovação da minuta do contrato

1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respectiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.
2. Nos casos previstos no número anterior, quando não haja lugar à prestação de caução, a



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

Artigo 22.º

Ajustamentos ao conteúdo do contrato

- 1 O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objectivamente demonstrável que a respectiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido reflectidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a. A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b. A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Artigo 23.º

Notificação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.
2. Nos casos em que não haja lugar à prestação de caução, a minuta do contrato a celebrar deve ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respectiva notificação.

Artigo 25.º

Reclamações da minuta do contrato

- 1 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.º 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 3 (três) dias a contar da recepção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 26.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b. Confirmados os compromissos referidos na alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º, do programa do procedimento;
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

SECÇÃO VIII

Disposições finais

Artigo 27.º

Revogação da decisão de contratar

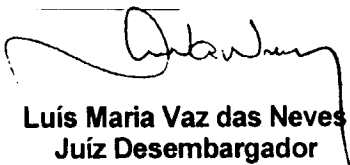
1. A decisão de não adjudicação prevista no artigo 16.º determina a revogação da decisão de contratar.
2. Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 16.º ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

Artigo 28.º

Legislação aplicável

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso aplica-se, nomeadamente, o regime previsto nos seguintes diplomas:
 - a. No Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
 - b. No Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho;
 - c. No Código de Procedimento Administrativo; e
 - d. Em demais legislação aplicável.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa



Luís Maria Vaz das Neves
Juiz Desembargador



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

ANEXO I — MODELO DE DECLARAÇÃO (Aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos) (a)

que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

seguintes crimes (16)] (17):

- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- J) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto no art.º 10, n.º 2, do Programa do Concurso.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto no n.º 4 e n.º 5 do art.º 57 do CCP.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

PROGRAMA DO CONCURSO - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

ANEXO II — MODELO DE DECLARAÇÃO (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

do Código dos Contratos Públicos)

...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se foro caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

PROCESSO

CONCURSO PUBLICO URGENTE

N.º 1/TRL/SIC/2012

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA AS INSTALAÇÕES DO
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, DE 01 DE JANEIRO A 31 DE
DEZEMBRO DE 2012.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

ÍNDICE

PARTE I

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1. ^a - Objecto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção 1 - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 3. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 4. ^a - Prazo de prestação do serviço	4

Subsecção II - Dever do sigilo

Cláusula 5. ^a - Objecto do dever de sigilo	5
---	---

Secção II - Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 6. ^a - Preço contratual	5
Cláusula 7. ^a - Condições de pagamento	6

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 8. ^a - Penalidades contratuais	7
Cláusula 9. ^a - Força maior	8
Cláusula 10. ^a - Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 11. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços	9

Capítulo IV - Encargos do Prestador de Serviços

Cláusula 12. ^a - Seguros	10
---	----

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 13. ^a - Foro competente	10
---	----

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 14. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 15. ^a - Comunicações e notificações	11
Cláusula 16. ^a - Contagem dos prazos	11
Cláusula 17. ^a - Legislação aplicável	11

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJECTO DO CONTRATO	12
2. EQUIPAMENTOS, MAQUINARIA E PRODUTOS DE LIMPEZA	13
3. ÁREAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	13
4. ENQUADRAMENTO	14
5. NORMAS DE SEGURANÇA	14
6. DANOS MATERIAIS	14
7. OUTRAS DISPOSIÇÕES	15



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

CONCURSO PÚBLICO URGENTE

N.º 1/TRL/SIC/2012

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **aquisição de serviços de limpeza nas Instalações do Tribunal da relação de Lisboa, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012**, e que englobará as instalações constantes na *"Parte II –Especificações Técnicas"* do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Página 3 de 15



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.^E do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.^o desse mesmo diploma legal.

Capítulo I I

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta.

Cláusula 4.ª

Prazo de prestação do serviço

- 1- O prestador dos Serviços obriga-se à execução dos mesmos pelo prazo de 12 (Doze) meses, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012
- 2- O contrato pode ser renovado por períodos iguais, até ao limite máximo de 3 anos previsto no art. 440.^o do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços ao contraente público em conformidade com os respectivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

Subsecção II

Dever do sigilo

Cláusula 5.ª

Objecto do dever de sigilo

- 1- O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 6.ª

Preço contratual

- 1- Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente a encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

- 1- A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a recepção pela entidade adjudicante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.
- 2- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
- 3- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas pelo Sistema de Meios de Pagamento do Tesouro, através de transferência electrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário.
- 4- Em caso de atraso do Tribunal da Relação de Lisboa no pagamento das facturas referidas na cláusula anterior, tem o fornecedor o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
- 5- Em caso de desacordo sobre o montante devido, deve o Tribunal da Relação de Lisboa efectuar o pagamento sobre a importância em que existe concordância do fornecedor.
- 6- Quando as importâncias pagas nos termos previstos no número anterior forem inferiores àquelas que sejam efectivamente devidas ao fornecedor, em função da apreciação de reclamações deduzidas, tem este direito a juros de mora sobre essa diferença, nos termos do disposto no n.º 4.
- 7- O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
- 8- Em caso de incumprimento imputável ao Tribunal da Relação de Lisboa, o fornecedor, independentemente do direito de resolução do contrato que lhe assista, nos termos do disposto no



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

art.º 332.º do CCP, pode invocar a excepção de não cumprimento nos termos do art.º 327.º do CCP.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 8.ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Tribunal da Relação de Lisboa pode exigir do prestador dos serviços o pagamento de uma penalidade pecuniária diária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, calculada de acordo com a seguinte fórmula.
 - a. No caso de falta de trabalhadores definidos no contrato será aplicada uma penalidade pelo valor equivalente ao número de horas de trabalho não realizado, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V \times A + 20\%$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor/hora do local da prestação do serviço com exclusão do IVA e A é o número de horas de trabalho não realizadas.
- 2- A má prestação dos serviços, imprevidência ou deficiente organização dos trabalhos, poder-se-á considerar como trabalho não realizado nos termos do número anterior.
- 3- Para efeitos do número anterior, a má prestação dos serviços, imprevidência ou deficiente organização dos trabalhos ocorre quando o trabalho a realizar dentro da fita do tempo não for executado dentro daquele período. Neste caso a penalização a aplicar será de 1 hora de trabalho não realizado por cada trabalhador incumbido dessas tarefas, desde que, ultrapasse em 30 minutos o horário previamente determinado para a sua execução ou para a sua reposição.
- 4- O pagamento a que se refere o número 1 da presente cláusula, será efectuado no Sistema Informático de Contabilidade do Tribunal da Relação de Lisboa, mediante notificação deste e no montante que dela conste.
- 5- A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

6- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 9.ª

Força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

imediatamente comunicada à outra parte.

- 5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.ª

Resolução por parte do contraente público

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 11.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
 - a. O montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;
- 2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA
CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

Capítulo IV

Encargos do Prestador de Serviços

Cláusula 12.ª Seguros

1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- a. A obrigação de indemnizar terceiros;
- b. Relativos à vida, à saúde e à integridade física dos seus trabalhadores.

2- A entidade adjudicante pode sempre que entender conveniente, exigir provas documentais de celebração dos contratos de seguros referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo que lhe for indicado.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 13.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 14.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 17.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

PARTE II — ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJECTO DO CONTRATO

1.1. O contrato tem por objecto a execução dos seguintes serviços nas Instalações afectas ao Tribunal da Relação de Lisboa, pelo prazo de 12 (Doze) meses, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, com o preço base de €133.000,00 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL EUROS):

a. – Edifício Sede do Tribunal da Relação de Lisboa, sita na Rua do Arsenal, Letra G, 1100-038 Lisboa.

- Limpeza de manutenção;
- Limpeza diária dos vidros;
- Limpeza quinzenal dos arquivos;
- Limpeza anual profunda, a realizar nas férias judiciais de verão;
- Colocação dos contentores do lixo na rua.

b. - Edifício de Gabinetes dos Exmo. Srs. Desembargadores, sito no Largo do Corpo Santo nº 13, 1200-129 Lisboa.

- Limpeza de manutenção;
- Limpeza diária dos vidros;
- Limpeza quinzenal dos arquivos;
- Limpeza anual profunda, a realizar nas férias judiciais de verão;
- Colocação dos contentores do lixo na rua.

c. - Gabinetes dos Exm. Srs. Desembargadores, sitos no 1º andar do nº 11 da Rua Nova do Almada, 1200-288 Lisboa.

- Limpeza de manutenção;
- Limpeza Semanal dos vidros;
- Limpeza anual profunda, a realizar nas férias judiciais de verão.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

1.2. Na execução dos serviços devem ser utilizados produtos de limpeza, máquinas e equipamentos, bem como as técnicas apropriadas.

2. EQUIPAMENTOS, MAQUINARIA E PRODUTOS DE LIMPEZA

2.1. Todos os produtos e materiais de limpeza, máquinas e equipamentos são encargos da firma adjudicatária e deverão estar colocados nos locais antes do início da prestação em apreço;

2.2. Os concorrentes devem entregar, juntamente com as propostas, as listas discriminativas das máquinas, equipamentos e produtos de limpeza;

2.3. Todas as máquinas deverão estar em perfeitas condições de funcionamento.

3. ÁREAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E HORÁRIOS:

LOCAL	HORÁRIO	PERIODICIDADE	Nº FUNCIONÁRIOS	TAREFAS
Instalações da Sede do Tribunal da Relação de Lisboa, sitas na Rua do Arsenal, Letra G, 1100-038 Lisboa	18H00 Às 21H00	2ª a 6ª	12 + 1 Lavador de Vidros	Limpeza de manutenção; Limpeza diária dos vidros; Colocação dos contentores do lixo na rua
	08H00 às 17H00	2ª a 6ª	1 Piquete	
	09H00 Às 12H00	Sábado	12	Limpeza de manutenção;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

Edifício de Gabinetes dos Exmo. Srs. Desembargadores, sito no Largo do Corpo Santo nº 13, 1200-129 Lisboa	18H00 às 21H00	2ª a 6ª	7 + 1 Lavador de Vidros	Limpeza de manutenção; Limpeza diária dos vidros; Colocação dos contentores do lixo na rua.
Gabinetes dos Exm. Srs. Desembargadores, sitos no 1º andar do nº 11 da Rua Nova do Almada, 1100-036 Lisboa	18H00 às 21H00	2ª a 6ª	1	Limpeza de manutenção;
		Semanalmente	1 Lavador de vidros	Limpeza de vidros

4. ENQUADRAMENTO

- 4.1. O enquadramento do pessoal pertencente ao adjudicatário será efectuado, de uma forma permanente, por um funcionário do Tribunal da Relação de Lisboa, nas várias fases do serviço descritas anteriormente.
- 4.2. Este enquadramento visa assegurar o cumprimento das exigências do serviço, não invalidando a existência, entre o referido pessoal, de um responsável ou encarregado do mesmo, o qual deve de ser acrescido ao nº de funcionários descritos em 3.

5. NORMAS DE SEGURANÇA

- 5.1. A firma adjudicatária, e todo o seu pessoal, sujeitar-se-à às normas de segurança do Tribunal da Relação de Lisboa, cumprindo as instruções que lhe sejam transmitidas pelos serviços competentes.

6. DANOS MATERIAIS



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

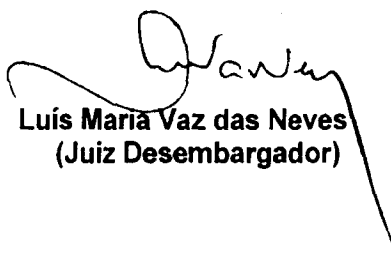
CADERNO DE ENCARGOS - CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 1/TRL/SIC/2012

- 6.1. A firma adjudicatária assumirá a responsabilidade pelos danos materiais ou pessoais directamente imputáveis ao seu pessoal, durante e em consequência da execução dos serviços, obrigando-se o Tribunal da Relação de Lisboa a comunicar os prejuízos sofridos, no prazo de 96 horas, a contar do momento do conhecimento da respectiva ocorrência.

7. INSTALAÇÕES

- 7.1. Serão colocadas à disposição da firma adjudicatária as instalações necessárias para arrecadação e armazenamento do equipamento e produtos de limpeza.
- 7.2. De forma a permitir a formulação das propostas, os interessados poderão visitar os locais objecto do contrato a celebrar no horário das 09h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00, devendo para o efeito contactar na Sede do Tribunal da Relação de Lisboa, o Exmo. Senhor Secretário do Tribunal Superior, Teófilo António Ferreira Alvorado.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa,



Luís Maria Vaz das Neves
(Juiz Desembargador)



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA AS INSTALAÇÕES AFECTAS AO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Como primeiro outorgante, o Tribunal da Relação de Lisboa, pessoa colectiva nº 600006883, com sede na Rua do Arsenal Letra – G, 1100-038 Lisboa, representado pelo seu Presidente, Exmo. Juiz Desembargador, Luís Maria Vaz das Neves, no uso de competência própria.

Como segundo outorgante, a VIVALISA – LIMPEZA INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO AMBIENTE, S.A., pessoa colectiva nº 502 388 536, com sede na Rua Alto do Lagoal, nº 11 2760-003 Caxias, representado no acto por Sílvia Barreira Serralheiro, titular do cartão de cidadão nº 12262667 residente na Rua Augusto José Vieira, nº 20 – 2º Esq. 1170-034 Lisboa, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento junto ao processo.

Cláusula 1.ª

Objecto do Contrato

Pelo presente contrato o segundo outorgante obriga-se, perante o primeiro outorgante, à prestação de Serviços de Limpeza para as Instalações afectas ao Tribunal da Relação de Lisboa, em conformidade com os termos e condições do caderno de encargos e do programa do concurso público urgente nº 1/TRL/SIC/2012, que passam a fazer parte integrante deste contrato.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Cláusula 2.ª

Preço contratual

Pela prestação de serviços referida na cláusula anterior, o primeiro outorgante obriga-se a pagar ao segundo o valor anual de 93.960,00€ (noventa e três mil novecentos e sessenta euros) acrescido de IVA à taxa de 23%, no valor de 21.610,00€ (Vinte e um mil seiscientos e dez euros) o que totaliza o valor de 115.570,00€ (cento e quinze mil quinhentos e setenta euros e oitenta cêntimos).

Esta importância será fraccionada em 12 prestações mensais. Cada uma dessas prestações será paga no prazo de trinta dias após o recebimento da factura correspondente.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução

O presente contrato tem a duração de 12 meses e produz efeitos de 1 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2012, renovando-se por iguais períodos, até ao limite máximo de 3 anos, nos termos do disposto no artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos, se entretanto não for denunciado por qualquer das partes, por carta registada com aviso de recepção enviada com a antecedência mínima de sessenta dias em relação ao termo do prazo inicial ou da sua renovação.

O presente contrato foi precedido de concurso público urgente (concurso n.º 1/TRL/SIC/2012), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, artigo 18.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 155.º, todos do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

O Despacho de adjudicação foi proferido em 29 de Dezembro de 2012 pelo Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Juiz Desembargador Luís Maria Vaz das Neves.

O Despacho de aprovação da minuta do contrato foi proferido em 29 de Dezembro de 2012 pelo Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Juiz Desembargador Luís Maria Vaz das Neves.

O encargo para o presente ano económico é de € 115.570,80 e será suportado pelo orçamento de funcionamento do Tribunal da Relação de Lisboa através da classificação económica 02.02.02. que se encontra orçamentada.

Anexos: Caderno de Encargos e Programa do Concurso

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2012

O primeiro outorgante

LUÍS MARIA VAZ DAS NEVES

Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

O segundo outorgante

SÍLVIO BARREIRA SERRALHEIRO

Representante da VIVALISA